

Colégio
M0001Sala
0001Ordem
0001

Setembro/2024



Concurso Público para Provimento de Cargos Analista Judiciário – Área Apoio Especializado Especialidade Arquitetura

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'L12', Tipo 005Nº de Inscrição
MODELONº do Caderno
TIPO-005Nº do Documento
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A vida apesar de dura é mágica, por isso sempre acredite no inesperado.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo.

Iracema e a praia

Movido por um dos ideais do Romantismo – a expressão de culturas nativas, supostamente movidas pelo espírito da Natureza – o escritor cearense José de Alencar dedicou-se a romances de fundamentação “indianista”, nos quais se enaltecia a figura heroizada de personagens indígenas. Entre esses romances, **Iracema** é certamente o mais poético: nele, Alencar se valeu de imagens e ritmos que costumam caracterizar os poemas. Dedicado ao estudo do tupi, o autor buscou também motivar-se pelo encantamento das sonoridades da fala dos nativos.

Iracema tornou-se uma celebridade no quadro da literatura brasileira e acabou dando nome a uma praia e a um bairro de Fortaleza, onde há ruas chamadas Tabajaras, Cariris e Potiguaras, transplantando para a geografia urbana os povos indígenas que participam das ações do romance de Alencar. Por vezes, a literatura sai do papel e da imaginação criativa para pousar nas cidades e na cartografia sentimental de seus habitantes.

O visitante de Fortaleza, andando pela praia de Iracema, não suspeitará que muito antes das casas de veraneio o lugar era conhecido como Praia do Peixe, vindo a ganhar o nome atual apenas em 1930. Mas que importam as datas administrativas diante da poesia e dos mitos? O doce nome de Iracema – “a virgem dos lábios de mel” – diz sobretudo da saga mitológica, assentada em elementos históricos, a que Alencar deu vida não apenas para cantar sua heroína romanesca, mas para adotar o poder da ficção como base de uma epopeia sensível, a sua “lenda do Ceará” – designação que ele especificou no pórtico do romance para deixar claro seu intento de escavar as raízes da formação de um povo.

(Bento Cipião das Neves, a editar)

1. A flexão do verbo no plural justifica-se plenamente na frase:
 - (A) Colhem-se na obra do nosso autor insinuantes elementos da história dos povos indígenas.
 - (B) Reconhecem-se nas praias de Fortaleza algum vestígio das descrições de Alencar.
 - (C) Notam-se nos romances de José de Alencar forte inclinação para os temas indianistas.
 - (D) Atribuem-se a ruas e logradouros de Fortaleza uma nomenclatura de origem indígena.
 - (E) Não haverão de faltar aos leitores de Alencar alguma empatia com os heróis nativos.
2. Mas que importam as datas administrativas diante da poesia e dos mitos?
Mantidas a correção e a coerência da frase acima, uma reconstrução adequada está em:
 - (A) As datas administrativas o que seriam, aonde se deparam com a poesia e os mitos?
 - (B) A poesia e os mitos não seriam muito mais preferíveis do que as datas administrativas?
 - (C) A poesia e os mitos como serão menos importantes quanto às datas administrativas?
 - (D) Quanto podem a poesia e os mitos quanto à importância das datas administrativas?
 - (E) Diante da poesia e dos mitos, que relevância podem ter as datas administrativas?
3. A força que há na *cartografia sentimental* de uma cidade, como ocorre com Fortaleza, justifica-se pelo fato de que
 - (A) os mapas de uma metrópole costumam alterar antigas denominações para atender a um novo padrão de gosto estético.
 - (B) os habitantes de uma cidade promovem, por razões afetivas, homenagens aos pioneiros de um processo de modernização urbana.
 - (C) há logradouros cujos nomes repercutem personagens e povos históricos de um passado gerador e inspirador de mitos fundadores.
 - (D) as características físicas da mancha urbana são a tal ponto expressivas que se inventam nomes poéticos para qualificá-las.
 - (E) a beleza natural e os nomes primitivos dos logradouros passam a inspirar ficcionistas sensíveis à mitologia clássica.
4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *diz sobretudo da saga mitológica* (3º parágrafo) = documenta a aventura histórica
 - (B) *base de uma epopeia sensível* (3º parágrafo) = fundamento de uma épica emotiva
 - (C) *supostamente movidas* (1º parágrafo) = eventualmente incluídas
 - (D) *enaltecia a figura heroizada* (1º parágrafo) = entoava a criatura destemida
 - (E) *motivar-se pelo encantamento* (1º parágrafo) = dar motivo a pendores
5. Um forte traço romântico do escritor José de Alencar verifica-se quando ele se propõe a
 - (A) fazer da personagem Iracema uma celebridade cujo brilho se refletisse no cenário urbano.
 - (B) usar sua imaginação e apagar radicalmente os fatos históricos, em favor de uma lenda.
 - (C) documentar cientificamente os elementos constitutivos da cultura dos povos primitivos.
 - (D) criar uma narrativa de caráter lendário e mítico para a expressão de um ideal indianista.
 - (E) pesquisar a língua tupi para mantê-la viva na identificação de vários logradouros locais.



Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto abaixo.

[Laços de sangue na literatura]

Laços de sangue não garantem parentesco espiritual, é sabido; irmãos podem ser e frequentemente são tão diferentes entre si quanto são de completos estranhos, ainda que a ascendência comum e a convivência na infância e juventude determinem relações de grande afeto.

*Por outro lado, é fascinante que se possa conhecer na literatura criaturas tão parecidas com a gente mesma. Minha primeira experiência desse tipo deu-se quando conheci Paulo Honório, o coronel assassino, protagonista e narrador do romance **São Bernardo**, de Graciliano Ramos. Identifiquei-me de pronto com essa criatura e desenvolvi por ela o que por mim mesma era uma mistura de repulsa e forte autocomiseração. Mais tarde, quando li **Infância e Memórias do Cárcere**, textos autobiográficos do mesmo autor, concluí que eu e Paulo Honório tínhamos um terceiro irmão bastante afinado: o criador mesmo, Graciliano.*

*Mas das minhas experiências de conhecer irmãos pela literatura, nada se comparou até agora à que tive quando li, muito recentemente, **As pequenas virtudes** da escritora italiana Natália Ginzburg (1916-1991). Deu-me vontade de sair mostrando às pessoas na rua: “olha só, podia ser minha avó, viveu e morreu do outro lado do mundo, mas é minha irmã, verdadeiramente minha irmã, e de algum ponto do universo segue falando comigo”.*

(Adaptado de: LOPES, Ayde Veiga. Disponível em: <https://ninhodealveloas.blogspot.com/search/label/cidadela>)

6. Transpondo-se adequadamente para o discurso **indireto** a frase “Deu-me vontade de dizer a todos: – Escutem, essa escritora podia ser minha avó, mas a sinto como se fosse minha irmã”, ela ficará:

Deu à autora vontade de dizer a todos

- (A) que a escutem, tal escritora podendo ser sua avó, mas que era sentida como se fosse uma irmã.
- (B) para que venham a escutá-la, que a escritora, podendo ser sua avó, sentia a esta como se fosse irmã.
- (C) se a escutassem, que escritora podia ser a avó, mas sentida tanto quanto fosse uma irmã.
- (D) para lhe escutarem que a escritora dela podia ser sua avó, sentida no entanto como irmã.
- (E) que a escutassem, que aquela escritora podia ser sua avó, mas que a sentia como se fosse sua irmã.

7. A autora recorre a duas palavras **antônimas** no contexto da frase:

- (A) *conheci Paulo Honório, o coronel assassino, protagonista e narrador do romance.*
- (B) *o que por mim mesma era uma mistura de repulsa e forte autocomiseração.*
- (C) *são tão diferentes entre si quanto são de completos estranhos.*
- (D) *ainda que a ascendência comum e a convivência (...) determinem relações de grande afeto.*
- (E) *Identifiquei-me de pronto com essa criatura.*

8. Considerando as relações familiares, também conhecidas como *laços de sangue*, a autora do texto julga-as

- (A) naturalmente afetivas, ainda que relações não parentais ou ficcionais possam promover uma empatia maior e mais decisiva.
- (B) basicamente transitórias, tanto quanto podem ser efêmeras as relações com as criaturas produzidas pela ficção literária.
- (C) tão afetivas quanto as de outra natureza, embora a ascendência comum e o convívio as façam incomparáveis.
- (D) essencialmente problemáticas, por conta das inevitáveis diferenças de temperamentos que os parentes mantêm entre si.
- (E) indissolúveis, por conta do parentesco também espiritual que as singulariza diante de outras modalidades de relacionamento.

9. Ao se referir a Paulo Honório, no 2º parágrafo, a autora afirma que mantém com esse protagonista e narrador de **São Bernardo** uma relação de

- (A) difícil empatia, justamente por conta das dessemelhanças de caráter que ela reconhece haver entre ela e Paulo Honório.
- (B) observação crítica, uma vez que entende que um personagem de ficção se produz segundo caprichos aleatórios de um escritor.
- (C) piedosa compreensão, pelo fato de Paulo Honório sofrer na pele as desventuras de um espírito marcado pela malignidade.
- (D) identificação muito marcante, pois ela reconhece dentro de si mesma sentimentos contraditórios e análogos aos do protagonista.
- (E) distanciamento sofrido, uma vez que sua simpatia pelo personagem sofre a censura do juízo morais que ela cultiva.



10. É adequado o emprego de ambos os elementos sublinhados na frase:

- (A) Há personagens literárias de cujo fascínio nos prendem mais do que os laços que mantemos aos nossos familiares.
- (B) Graciliano Ramos vale-se de narradores de que o caráter corrompido não impede que os dediquemos alguma simpatia.
- (C) Os textos autobiográficos onde sua construção esse autor tanto se esmerou renderam-lhe todo o reconhecimento do qual fez jus.
- (D) A escritora Natália Ginzburg escreveu um livro cuja a força impressionou demais a uma cronista que a opinião dela manifestou num texto.
- (E) As amigas a que nos dedicamos com intensidade podem ser superiores aos afetos provenientes dos laços de sangue.

Matemática e Raciocínio Lógico

11. Para ser aprovado em um curso de capacitação, Álvaro deve realizar 8 avaliações que valem de 0 a 10 e obter nota igual ou superior a 56 pontos ao final do processo. Ele já fez 5 provas e a média aritmética das suas notas, nessas 5 avaliações, foi igual a 6,4. A menor nota que ele pode tirar em uma das avaliações que ainda faltam é

- (A) 7
- (B) 5
- (C) 4
- (D) 8
- (E) 6

12. Em uma balança de pratos, foram colocados 4 pacotes de açúcar e 2 pacotes de aveia em um dos pratos e 3 pacotes de açúcar e 6 pacotes de aveia no outro prato deixando a balança em equilíbrio, pois o peso em ambos os pratos ficou igual. Se cada pacote de aveia pesa 300 g, o peso de cada pacote de açúcar, em gramas, é

- (A) 1200
- (B) 1250
- (C) 1000
- (D) 950
- (E) 1100

13. Em um bar, um café e um salgado custam R\$ 12,80, um chá e um salgado custam R\$ 11,30, dois cafés e um salgado custam R\$ 17,30. O preço de um chá é

- (A) R\$ 3,50
- (B) R\$ 3,00
- (C) R\$ 4,50
- (D) R\$ 8,50
- (E) R\$ 6,30

14. Considere todos os números tais que:

- sejam ímpares.
- todos os algarismos sejam distintos.
- sejam maiores do que 100 e menores do que 300.

A quantidade de números que obedecem a essas condições é

- (A) 56
- (B) 82
- (C) 32
- (D) 16
- (E) 72



15. Uma torneira totalmente aberta demora um minuto e meio para encher um reservatório com 50 litros. Se a torneira ficar meio aberta de forma que a vazão fique exatamente a metade do que se estivesse totalmente aberta, o tempo que levaria para encher um reservatório de 125 litros é
- (A) 4,5 minutos.
 - (B) 5,5 minutos.
 - (C) 3,5 minutos.
 - (D) 7,5 minutos.
 - (E) 6,5 minutos.
-
16. A biblioteca de Alberto contém livros escritos em inglês, francês e português. Do total de livros, 50% foram escritos em português e 10% são livros com capa dura. Dos livros escritos em português, 8% têm capa dura. A porcentagem de livros de capa dura escritos em inglês ou francês é
- (A) 18%
 - (B) 16%
 - (C) 12%
 - (D) 14%
 - (E) 20%

Noções de Direito Administrativo

17. Celebrado um contrato de aquisição de cobertores, com entrega parcelada, o órgão público contratante identificou aumento da demanda pelos itens, em razão de condições meteorológicas inesperadas. Nessa situação, o órgão público
- (A) deverá celebrar contratação emergencial, considerando a natureza do bem cuja aquisição pretende, demonstrando a presença dos requisitos legais para tanto.
 - (B) poderá aditar o contrato, limitado a 25% do valor atualizado do contrato, caso ainda não tenha havido a integral execução e liquidação do ajuste.
 - (C) deverá licitar o remanescente do objeto, ampliando o número de itens a serem adquiridos para atendimento da necessidade atual.
 - (D) poderá aditar o contrato, limitado a 50% do valor atualizado do contrato.
 - (E) poderá aditar o contrato, limitado a 50% do valor atualizado do contrato, independentemente da vigência e execução do ajuste.
-
18. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais deve ser observada nas operações de tratamento de dados realizadas pela Administração Pública, dispensando-se o consentimento do titular dos dados
- (A) quando destinadas a pesquisas, desde que mediante anonimização de dados.
 - (B) quando o requerente indicar finalidade de interesse público.
 - (C) para finalidade de saúde pública ou correlata, devidamente justificada pelo requerente.
 - (D) para a execução de políticas públicas previstas em programas com previsão em lei.
 - (E) quando a finalidade envolver motivo de saúde pública.
-
19. Considere que a secretaria responsável pelas políticas públicas sociais e de esportes de um município pretenda firmar parceria com uma entidade sem fins lucrativos, com a finalidade de implementação de projetos de formação de jovens atletas, destinada à população vulnerável. Nos termos do que dispõe a Lei nº 13.019/2014, o órgão público poderá
- (A) instaurar procedimento de manifestação de interesse privado, para que as entidades sem fins lucrativos apresentem suas propostas, com vistas à celebração de acordo de cooperação.
 - (B) realizar licitação para a celebração de acordo de colaboração, caso a parceria envolva a transferência de recursos para a organização da sociedade civil.
 - (C) realizar chamamento público para a celebração de termo de colaboração com a entidade.
 - (D) firmar termo de fomento com uma organização da sociedade civil cujo objeto institucional envolva a atuação aderente com a parceria, não sendo necessário procedimento de escolha em razão da não onerosidade do instrumento.
 - (E) realizar chamamento público para a celebração de termo de cooperação com a entidade.

20. Os servidores públicos sujeitos ao regime da Lei nº 8.112/1990 têm direito ao recebimento de vantagens, como adicional de insalubridade ou de periculosidade, que, de acordo com o disposto naquele diploma legal,
- (A) só podem ser atribuídos após duas perícias médicas, com intervalo de 6 meses.
 - (B) continuarão a ser devidos, ainda que cessadas as condições que os motivaram, até a extinção do vínculo funcional.
 - (C) podem ser acumulados e incorporados, caso recebidos por prazo superior a 5 anos.
 - (D) cessam com a eliminação das condições ou dos riscos que motivaram a sua concessão.
 - (E) dependem de requerimento para incorporação nos vencimentos.
-
21. São considerados agentes públicos, para fins de tipificação de ato de improbidade,
- (A) agentes políticos, a exemplo dos ministros de estado, e autoridades máximas de entidades da Administração Pública Indireta.
 - (B) servidores e empregados das entidades integrantes da Administração Pública Indireta, excluídas as autoridades superiores, por se tratarem de agentes políticos e, como tais, não se enquadrarem na categoria de servidores.
 - (C) secretário ou ministro de estado, se em concurso com outro servidor público de vínculo efetivo.
 - (D) servidor público temporário, desde que tenha se submetido a processo seletivo de provas e títulos e esteja exercendo suas funções há mais de 5 anos.
 - (E) empregado público permanente da Administração Pública Direta, não abrangendo os integrantes da estrutura da Administração Pública Indireta.
-
22. A modelagem de uma parceria público-privada para implantação de um modal de transporte estimou um valor de contraprestação que superou a expectativa orçamentária da Administração Pública, de forma que será preciso promover algumas alterações nos parâmetros e premissas do projeto. Nesse sentido, é possível prever
- (A) cobrança de tarifa diretamente do usuário do serviço público, adicionalmente à contraprestação a ser paga pelo parceiro-público, além de previsão de receitas alternativas ou acessórias, na modalidade concessão patrocinada.
 - (B) autorização para imposição de tarifa e de cobrança de receitas alternativas e acessórias dos usuários do serviço público, além de aporte custeado pelo parceiro-público durante a fase de fluxo de caixa negativo do parceiro-privado.
 - (C) cobrança de tarifa diretamente do usuário do serviço público, caso se decida por uma concessão administrativa, tendo em vista que a concessão patrocinada não admite tal acréscimo.
 - (D) previsão de autorização para o parceiro-público explorar receitas alternativas ou acessórias durante a vigência do contrato, não sendo permitido ao parceiro-público nenhum pagamento ou repasse de valores além da contraprestação.
 - (E) previsão de pagamento de aporte pelo Poder Público, caso se decida por uma concessão administrativa, tendo em vista que a concessão patrocinada não admite tal acréscimo.
-
23. Os contratos de concessão de serviço público regidos pela Lei nº 8.987/1995 estabelecem, quanto aos bens reversíveis, que
- (A) não podem ser adquiridos pela concessionária de serviço público, sendo dever do poder concedente promover as aquisições desses ativos e ceder o uso à então contratada para a prestação dos serviços.
 - (B) são os bens afetados ao serviço público, independentemente da origem da aquisição e, como tal, devem ser indenizados à concessionária responsável pela prestação dos serviços públicos ao término da concessão.
 - (C) ao término da concessão, os bens afetados ao serviço público devem ser transferidos ao ente público titular do serviço público, caso já não estejam em sua titularidade, cabendo indenização à concessionária quanto aos não amortizados.
 - (D) extinta a concessão, os bens reversíveis devem ser adquiridos pela nova concessionária de serviço público diretamente da contratada anterior, vedada a interrupção da prestação do serviço.
 - (E) são apenas aqueles adquiridos pela concessionária na vigência do contrato de concessão, não cabendo qualificar outros bens como reversíveis, tampouco como afetados ao serviço público.
-
24. Conforme disciplina da Lei nº 9.784/1999, os processos administrativos em curso perante os órgãos e entidades da Administração Pública
- (A) podem ser instruídos de ofício ou impulsionados pelo órgão responsável pelo processo.
 - (B) devem observar a forma solene e a competência para movimentação do processo.
 - (C) admitem movimentação de ofício, mas a instauração somente pode se dar por provocação dos legitimados indicados na lei ou dos próprios interessados.
 - (D) são instruídos e movimentados mediante provocação dos legitimados, não sendo autorizado impulsionamento de ofício.
 - (E) devem ser decididos após a realização de procedimento de consulta pública, ainda que por meio eletrônico.



25. A superveniente constatação de falsidade documental em um processo administrativo de requisição de licença para circulação, no qual o ato já foi editado (licença emitida), caracteriza
- (A) fundamento para pleitear a anulação da licença judicialmente, tendo em vista que a edição do ato impede que a revisão se dê no âmbito administrativo.
 - (B) vício de legalidade, apto a ensejar a anulação do ato administrativo.
 - (C) ilegalidade insanável, que obriga a anulação de todos os atos praticados no processo, cabendo ao interessado, se assim desejar, reapresentar o pedido de licença.
 - (D) vício de legalidade, capaz de acionar a revogação do ato administrativo, conforme análise de repercussão e impacto pela autoridade competente.
 - (E) mera irregularidade, que não pode ser suscitada em razão de já ter sido emitido o ato pleiteado.
-
26. A atuação de um diretor de departamento, que distribui as tarefas na repartição e é responsável por comunicar à autoridade superior condutas adotadas por seus subordinados que não sejam condizentes com as normas da Lei nº 8.112/1990, demonstra, no que se refere à segunda atuação, a aplicação do poder
- (A) coercitivo, insito ao poder disciplinar, pois impõe a obrigação de cumprimento das determinações lançadas, inclusive materiais, independentemente de outros atos e providências.
 - (B) disciplinar, apenas no que se refere à distribuição de tarefas internas, tendo em vista que a fiscalização e a comunicação sobre conduta de subordinados inserem-se no âmbito do poder hierárquico.
 - (C) disciplinar-regulamentar, tendo em vista que o agente público responsável para a aplicação de penalidade disciplinar edita ato de natureza normativa.
 - (D) hierárquico, que também permite a imposição de penalidades e obrigações a administrados em geral, em razão do poder geral de cautela da Administração Pública.
 - (E) disciplinar, também aplicável a pessoas sujeitas a custódia da Administração Pública, ainda que desprovidas de vínculo funcional.

Noções de Direitos Humanos

27. De acordo com a Constituição Federal de 1988, serão equivalentes às emendas constitucionais os tratados internacionais sobre direitos humanos
- (A) que forem aprovados, somente por uma das Casas do Congresso Nacional, em turno único, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.
 - (B) ratificados pelo Presidente da República Federativa do Brasil, independentemente de aprovação por qualquer das Casas do Congresso Nacional.
 - (C) que forem aprovados, pelo Congresso Nacional, em turno único, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.
 - (D) que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
 - (E) que forem aprovados, somente por uma das Casas do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
-
28. De acordo com a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, é correto afirmar:
- (A) Nada nessa Convenção poderá ser interpretado como afetando as disposições legais dos Estados Partes, relativas à nacionalidade, cidadania e naturalização, desde que tais disposições não discriminem contra qualquer nacionalidade particular.
 - (B) "Discriminação racial" significará qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseadas apenas em raça ou cor que tem por objetivo anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício num mesmo plano de direitos humanos em qualquer domínio de vida pública.
 - (C) Não serão consideradas discriminação racial as medidas especiais tomadas com o objetivo, dentre outros, de assegurar progresso adequado de indivíduos que necessitem da proteção que possa ser necessária para proporcionar a eles igual exercício de direitos humanos, ainda que tais medidas conduzam, em consequência, à manutenção de direitos separados para diferentes grupos raciais.
 - (D) Essa Convenção também se aplica às distinções, exclusões, restrições e preferências feitas por um Estado Parte entre cidadãos e não cidadãos.
 - (E) Não serão consideradas discriminação racial as medidas especiais tomadas com o objetivo, dentre outros, de assegurar progresso adequado de certos grupos raciais para proporcionar a tais grupos igual gozo de direitos humanos, podendo tais medidas prosseguir, de acordo com cada Estado Parte, após terem sido alcançados os seus objetivos.



29. De acordo com a Resolução nº 492/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com relação ao Comitê de Acompanhamento e Capacitação sobre Julgamento com Perspectiva de Gênero no Poder Judiciário, este
- (A) é instituído em caráter nacional e provisório, cabendo a ele, dentre outras atribuições, realizar cooperação interinstitucional, dentro dos limites de sua finalidade, com entidades de natureza jurídica e social exclusivamente do Brasil que atuam na referida temática.
 - (B) será coordenado por um Conselheiro ou Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, cabendo ao Comitê, dentre outras atribuições, participar de eventos promovidos por entes públicos sobre temas relacionados aos objetivos do Comitê, não podendo, entretanto, participar de eventos promovidos por entidades privadas, tendo em vista ter sido instituído no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.
 - (C) é instituído em caráter nacional e provisório, cabendo a ele, dentre outras atribuições, organizar fóruns bienais de sensibilização sobre o julgamento com perspectiva de gênero nos órgãos do Poder Judiciário, com a participação, exclusivamente, de magistrados, para discussão de temas relacionados com as atividades do Comitê.
 - (D) será coordenado por um Conselheiro ou Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, assegurada a participação de representantes exclusivamente da Justiça Estadual, Federal e do Trabalho, além da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e de representantes da academia e da sociedade civil.
 - (E) é instituído em caráter nacional e permanente, cabendo a ele, dentre outras atribuições, elaborar estudos e propor medidas concretas de aperfeiçoamento do sistema de justiça quanto às causas que envolvam direitos humanos, gênero, raça e etnia, em perspectiva interseccional.
-
30. De acordo com a Resolução nº 368/2023 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que instituiu o Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade no âmbito da Justiça do Trabalho, considere:
- I. Reconhecimento de que o acesso de todas as pessoas aos Direitos Humanos deve ser garantido com ações de caráter universal, mas também por ações específicas e afirmativas voltadas a grupos minoritários ou historicamente oprimidos, a fim de lhes possibilitar o igual acesso aos direitos e às oportunidades previstas em lei.
 - II. Categoria utilizada para abordar as hierarquias sociais e os mecanismos de controle social baseados no fenótipo. Tem por objetivo assinalar aspectos que dizem respeito à forma como traço/cor de indivíduos e pode designar elementos que compõem as desigualdades sociais.
 - III. Discriminação e preconceito baseado em idade, geralmente das gerações mais novas em relação às mais velhas.
- Para fins desse Programa, os conceitos acima descritos referem-se, respectivamente, a
- (A) diversidade – etnia – interseccionalidade.
 - (B) equidade – raça – etarismo.
 - (C) equidade – raça – interseccionalidade.
 - (D) diversidade – raça – etarismo.
 - (E) equidade – etnia – etarismo.
-
31. De acordo com a Convenção sobre os direitos da criança, os Estados Partes se comprometem a apresentar ao Comitê estabelecido para os Direitos da Criança, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas, relatórios sobre as medidas que tenham adotado com vistas a tornar efetivos os direitos reconhecidos na referida convenção e sobre os progressos alcançados no desempenho desses direitos em um prazo de
- (A) cinco anos a partir da data em que entrou em vigor para cada Estado Parte na referida convenção e, a partir de então, a cada dois anos, sendo que a cada três anos o Comitê submeterá relatórios sobre suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas.
 - (B) três anos a partir da data em que entrou em vigor para cada Estado Parte na referida convenção, sendo que a cada cinco anos o Comitê submeterá relatórios sobre suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas.
 - (C) dois anos a partir da data em que entrou em vigor para cada Estado Parte na referida convenção e, a partir de então, a cada cinco anos, sendo que a cada dois anos o Comitê submeterá relatórios sobre suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas, por intermédio do Conselho Econômico e Social.
 - (D) dois anos a partir da data em que entrou em vigor para cada Estado Parte na referida convenção e, a partir de então, a cada cinco anos, sendo que a cada cinco anos o Comitê submeterá relatórios sobre suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas.
 - (E) cinco anos, a partir da data em que entrou em vigor para cada Estado Parte na referida convenção e, a partir de então, a cada dois anos, sendo que a cada dois anos o Comitê submeterá relatórios sobre suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas, por intermédio do Conselho Econômico e Social.



32. Com relação ao disposto na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, considere:

- I. Ninguém deve ser detido por dívida. Esse princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar.
- II. Toda pessoa acusada de delito tem direito renunciável a, durante o processo, ser assistido por um defensor proporcionado pelo Estado, obrigatoriamente remunerado, segundo a legislação interna, se o acusado não se defender ele próprio nem nomear defensor dentro do prazo estabelecido pela lei.
- III. A liberdade de manifestar a própria religião e as próprias crenças está sujeita unicamente às limitações prescritas pela lei e que sejam necessárias para proteger a segurança, a ordem, a saúde ou a moral públicas ou os direitos ou liberdades das demais pessoas.

Está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, apenas.

33. De acordo com o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP), com relação aos "trabalhos forçados ou obrigatórios", é correto afirmar que

- (A) não serão assim considerados quaisquer serviços exigidos em casos de emergência ou de calamidade que ameacem o bem-estar da comunidade.
- (B) não serão assim considerados quando se tratar de cumprimento de pena de prisão, prevista na legislação de um país, imposta por um tribunal competente, sendo que as pessoas processadas não poderão receber tratamento distinto das condenadas, não podendo, como regra, delas serem separadas.
- (C) serão assim considerados quaisquer trabalhos ou serviços forçados, ainda que façam parte das obrigações cívicas normais.
- (D) serão assim considerados quaisquer serviços de caráter militar e, nos países em que se admite a isenção por motivo de consciência, quaisquer serviços nacionais que a lei venha a exigir daqueles que se oponham ao serviço militar por motivo de consciência.
- (E) não serão assim considerados apenas os serviços exigidos em casos de calamidade e os trabalhos que fizerem parte das obrigações cívicas normais.

34. De acordo com a Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência, os Estados Partes

- (A) tomarão medidas apropriadas exclusivamente para desenvolver a implementação de normas e diretrizes mínimas para a acessibilidade apenas das instalações e dos serviços abertos ao público, devendo, também, assegurar que as entidades privadas que oferecem instalações e serviços abertos ao público ou de uso público levem em consideração todos os aspectos relativos à acessibilidade para pessoas com deficiência.
- (B) realizarão, na elaboração e na implementação de legislação e políticas para aplicar a referida Convenção e em outros processos de tomada de decisão relativos às pessoas com deficiência, consultas estreitas e envolverão ativamente pessoas com deficiência, exceto crianças com deficiência, diretamente ou por intermédio de suas organizações representativas, sendo que, com relação às crianças com deficiência, os Estados Partes asseguram que nenhuma delas será separada de seus pais contra a vontade destes, em nenhuma hipótese.
- (C) assegurarão, para a realização do direito à educação das pessoas com deficiência, que estas possam ter acesso ao ensino primário e secundário inclusivos, de qualidade e gratuitos e que não sejam as crianças com deficiência excluídas do ensino primário ou secundário gratuitos e compulsórios sob alegação de deficiência ou qualquer outro fundamento.
- (D) organizarão, fortalecerão e ampliarão serviços e programas completos de habilitação e reabilitação, particularmente nas áreas de saúde, emprego, educação e serviços sociais, de modo que esses serviços e programas comecem no estágio mais precoce possível e sejam baseados em avaliação multidisciplinar das necessidades e pontos fortes de cada pessoa e apoiem a participação e a inclusão na comunidade e em todos os aspectos da vida social, sejam oferecidos voluntariamente e estejam disponíveis às pessoas com deficiência o mais próximo possível de suas comunidades, inclusive na zona rural.
- (E) tomarão todas as medidas necessárias para assegurar que as pessoas com deficiência exerçam seu direito à liberdade de expressão em igualdade de oportunidades com as demais pessoas e por intermédio de todas as formas de comunicação de sua escolha, entre as quais, fornecer prontamente, a custo adicional acessível, às pessoas com deficiência e a seus familiares, as informações destinadas ao público em geral, em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência.

**Noções de Informática**

35. No *prompt* de comando do Windows 10 é possível obter o endereço IPv4 do computador
- (A) digitando o comando `ipv4` e, após, pressionando Enter.
 - (B) digitando o comando `ipconfig` e, após, pressionando Enter.
 - (C) clicando em `alt+F12`.
 - (D) digitando o comando `ipaddress` e, após, pressionando Enter.
 - (E) clicando em configuração, digitando `exibir ip` e, após, pressionando Enter.
-
36. Um servidor de um Tribunal Regional do Trabalho identificou um *malware* do tipo *screenlogger* em seu computador, o qual
- (A) permite o retorno de um invasor a um dispositivo comprometido, por meio da inclusão de serviços criados ou modificados para este fim.
 - (B) propaga-se automaticamente pelas redes, explorando vulnerabilidades nos sistemas e aplicativos instalados e enviando cópias de si mesmo de dispositivo para dispositivo.
 - (C) captura e armazena as teclas digitadas. Sua ativação, em muitos casos, é condicionada a uma ação prévia do usuário, como o acesso a um *site* específico de comércio eletrônico ou de *Internet Banking*.
 - (D) é projetado para espionar o dono do dispositivo, que não autorizou e não sabe que tal código está instalado. As informações coletadas são enviadas para quem induziu sua instalação.
 - (E) armazena a posição do cursor e a tela apresentada no monitor, ou a região que circunda determinada posição, nos momentos em que o mouse é clicado.
-
37. O servidor de um Tribunal Regional do Trabalho ajustou corretamente o formato de data do seu computador no Windows 10 Home, em português, aberto e funcionando em condições ideais, por meio do Painel de Controle exibido por categoria, clicando em
- (A) Data e Hora e depois em Ajustar Data.
 - (B) Data e Hora e depois em Relógio e Região.
 - (C) Relógio e Região e depois em Data e Hora.
 - (D) Data e Hora e depois em Configurar Data.
 - (E) Relógio e Região e depois em Região.
-
38. Usando o Word no Microsoft Office 365, em português, aberto e funcionando em condições ideais, o servidor de um Tribunal Regional do Trabalho produziu uma carta onde, em determinado local do texto, inseriu um endereço eletrônico. Quando fez isso, o Word criou um *hyperlink* para o endereço. Para excluir esse formato e deixar em texto normal, o servidor deve
- (A) clicar com o botão direito do mouse no *hyperlink*, escolher Referências Cruzadas e clicar em Remover Hyperlink.
 - (B) acessar a guia Formatar, escolher Referências e clicar em Remover e-mail.
 - (C) clicar com o botão direito do mouse no *hyperlink* e escolher Remover Hyperlink.
 - (D) clicar em Remover Hyperlink na opção Formatar Hyperlink na guia Formatar.
 - (E) acessar a guia Referências, escolher Referências Cruzadas e clicar em Remover e-mail.
-
39. Tendo uma planilha Google já salva no Google Drive, uma das formas de compartilhá-la sem permitir a edição de outras pessoas é: clicar com o botão direito do mouse sobre ela, escolher Compartilhar, depois escolher novamente Compartilhar, na janela exibida adicionar os *e-mails* dos participantes e,
- (A) no Acesso Geral, escolher Restrito e clicar em Concluído.
 - (B) em Permitir edição, clicar em "Não".
 - (C) no Acesso Geral, escolher Não Permitir Edição e clicar em Concluído.
 - (D) no Acesso Restrito, escolher Todos os Participantes e clicar em "Sim".
 - (E) em Permitir Edição, escolher Acesso Restrito e clicar em "Sim".
-
40. No Gmail, um marcador é adicionado para organizar e categorizar *e-mails* de maneira eficiente. Ao adicionar um novo marcador, é possível subordiná-lo a um marcador pai. O Gmail permite essa operação na janela apropriada, na opção
- (A) Editar nome do marcador pai:
 - (B) Aplicar o marcador como pai de:
 - (C) Subordinar submarcador em:
 - (D) Organizar marcador em:
 - (E) Incluir marcador na árvore de:

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

41. Sobre a história do urbanismo no Brasil e a elaboração de Planos Diretores:
- (A) O Plano Diretor Estratégico e o Sistema de Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo, instituído em 2002, foi a primeira normativa em instância municipal que aprovou um plano estratégico no contexto das cidades brasileiras.
 - (B) O termo Plano Diretor foi utilizado pela primeira vez no Código Municipal da cidade de Florianópolis, em 1955.
 - (C) Os Planos Diretores foram introduzidos no Brasil após a década de 1990.
 - (D) A elaboração de Planos Diretores como instrumentos de planejamento do uso do solo urbano no Brasil teve início na década de 1930, com o Plano Agache no Rio de Janeiro.
 - (E) A elaboração de Planos Diretores para os municípios brasileiros começou somente após a promulgação do Estatuto da Cidade em 2001.
-
42. A preocupação em se regulamentar o parcelamento do solo no Brasil tem sua origem na Lei nº 601/1850, denominada Lei de Terras. Da promulgação dessa lei até os dias atuais, várias legislações surgiram. Das seguintes, foi a lei mais importante em efetuar a união de aspectos civis, administrativos, urbanísticos e penais que incidem naturalmente sobre o parcelamento do solo urbano no contexto brasileiro:
- (A) Decreto-Lei nº 58/1937.
 - (B) Lei nº 9.785/1999.
 - (C) Lei nº 6.766/1979.
 - (D) Decreto-Lei nº 3.365/1941.
 - (E) Lei nº 13.465/2017.
-
43. Em relação à função do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), é correto afirmar que foi instituído
- (A) pela Política Nacional sobre Mudança do Clima.
 - (B) para a implantação e execução das diretrizes previstas no âmbito da legislação ambiental federal, em sendo a Política Nacional de Recursos Hídricos, a Política Nacional do Meio Ambiente e a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
 - (C) para assessorar, estudar e propor diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente, além de regulamentar procedimentos para autorização ou licenciamento de atividades potencialmente poluidoras.
 - (D) para assessorar, estudar e propor diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente, mas não para regulamentar procedimentos para autorização ou licenciamento de atividades potencialmente poluidoras.
 - (E) para regulamentar procedimentos para autorização ou licenciamento de atividades potencialmente poluidoras, mas não propor diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente.
-
44. Com base nos dados dos últimos Censos Demográficos sobre a urbanização e o crescimento das sedes metropolitanas no Brasil,
- (A) desde 1980, as sedes metropolitanas brasileiras têm mantido um crescimento constante e homogêneo, sem grandes variações nas taxas de crescimento anual, exceto uma capital, que teve um aumento significativo.
 - (B) no período de 2000/2010, todas as cidades brasileiras apresentaram taxas de crescimento inferiores a 1,0% ao ano.
 - (C) a partir de 2000, o crescimento das sedes metropolitanas no Brasil acelerou, com a maioria das sedes metropolitanas registrando taxas superiores a 1,0% ao ano.
 - (D) desde 1980, todas as sedes metropolitanas no Brasil mantiveram taxas de crescimento acima de 1,0% ao ano, incluindo o período de 2000/2010.
 - (E) a partir de 1980, as taxas de crescimento das sedes metropolitanas declinaram continuamente, com apenas uma capital crescendo a uma taxa superior a 1,0% ao ano no período 2000/2010.
-
45. Segundo Villaça (1990), o processo histórico de planejamento das cidades brasileiras:
- (A) No período de 1930 a 1990, foi caracterizado pela descentralização das decisões.
 - (B) Do século XIX até 1930, teve foco nos planos de embelezamento e melhoramentos, influenciados pela forma urbana monumental que exaltava a burguesia e transformava a forma urbana colonial.
 - (C) Entre o século XIX e 1930, era marcado pela ausência de qualquer influência externa e se concentrava exclusivamente em urbanizar áreas rurais.
 - (D) Entre as décadas de 1930 e 1990, baseava-se em métodos tradicionais de construção, sem influência de técnicas científicas ou zoneamento.
 - (E) A partir da década de 1990 até os dias atuais, manteve os mesmos princípios de planejamento e organização físico-territorial estabelecidos nas décadas anteriores, sem mudanças estruturais.



46. Sobre as normas ISO da série 14.000, no que tange ao Planejamento Ambiental, é correto afirmar:
- (A) Referem-se ao desenvolvimento de uma abordagem sistemática de gestão ambiental dentro de uma organização, sendo a ISO 14001, especificamente, a que orienta o alcance dos benefícios financeiros e operacionais que podem resultar da implementação de alternativas ambientais que reforçam a posição da organização no mercado.
 - (B) Referem-se a todos os aspectos ambientais dentro de uma organização, sendo a ISO 14001, especificamente, a que orienta o desenvolvimento de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), fornecendo um plano sequencial para sua implementação.
 - (C) De forma geral, estas se destinam a aumentar ou alterar os requisitos legais de uma determinada organização.
 - (D) Abordam exclusivamente o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) interna de uma organização.
 - (E) A ISO 14001 não proporciona uma abordagem sistemática para a gestão ambiental, referindo-se especificamente ao atendimento aos requisitos legais.
47. Reflete a mudança de paradigma no urbanismo a partir da década de 1960:
- (A) Adotou-se uma nova metodologia de análise dos aspectos espaciais e funcionais do território, priorizando a demarcação de perímetros internos para desenvolvimento de projetos, mesmo que sejam heterogêneos, sem necessariamente considerar toda a extensão do território urbano.
 - (B) O urbanismo contemporâneo mantém a prática do "projeto total", abrangendo territórios municipais, e até metropolitanos, como objeto prioritário de intervenção, partindo de uma visão macro que não delimita áreas específicas para desenvolvimento urbano.
 - (C) Diante da confirmada possibilidade do "projeto total", praticado em décadas anteriores, foi estabelecido um método de trabalho que independe da capacidade de realizar análises para demarcar o território urbano em "trechos" funcionalmente abrangentes.
 - (D) O urbanismo contemporâneo abandonou o conceito de "projeto total" em favor da demarcação de trechos urbanos específicos para análise e transformação, afastando-se da abordagem utópica de uma totalidade urbana projetável.
 - (E) A abordagem urbanística atual permanece influenciada pelas bem-sucedidas premissas apresentadas na Carta de Atenas.
48. No meio urbano, as condições de mobilidade são inerentes a alguns itens que a influenciam, tais como:
- I. Características dos terrenos.
 - II. Tratamento físico dado às vias e aos passeios.
 - III. Existência de redes regulares de transporte urbano.
 - IV. Sinalização e sistemas de controle do uso do sistema viário.
 - V. Existência ou não de ciclovias.
- Os que influenciam diretamente essas condições são os constantes em
- (A) I, II, III, IV e V.
 - (B) I, II, III e IV, apenas.
 - (C) I, II, IV e V, apenas.
 - (D) II, III, IV e V, apenas.
 - (E) I, III, IV e V, apenas.
49. Sobre o uso da tecnologia de Sistemas de Informações Geográficas (SIG) na produção de análises e representação de informações geográficas, é correto afirmar:
- (A) Apesar de seu potencial, ainda não é amplamente utilizada para a manipulação de dados provenientes de levantamentos de campo, como topográficos e censitários, sendo mais adequada para análises de imagens de satélite.
 - (B) Permite a manipulação de dados em diversos formatos, mas sua aplicação é restrita principalmente a mapeamentos sistêmicos, não abrangendo mapeamentos temáticos ou outras formas de representação de dados.
 - (C) Se consolida nas últimas décadas como uma ferramenta essencial para a aquisição, análise e representação de informações geográficas, integrando dados de diversas fontes e formatos.
 - (D) Se limita principalmente a aplicações urbanísticas relacionadas à implantação de grandes infraestruturas, não sendo amplamente utilizada em outras áreas do conhecimento científico, uma vez que se torna cada vez menos acessível financeiramente e tecnologicamente.
 - (E) É exclusiva para a análise de dados provenientes de redes de monitoramento por satélite (imagens, sinais GPS, entre outras), não sendo capaz, ainda, de integrar outras formas de dados geográficos diversas.
50. Sobre a definição de favelas no Brasil e a classificação utilizada pelo IBGE,
- (A) para uma área ser classificada como favela, ela deve ter, no mínimo, 100 domicílios contíguos e deve estar total ou parcialmente situada em terrenos de alta inclinação (a partir de 25°).
 - (B) a definição inclui qualquer assentamento urbano com infraestrutura precária, independentemente do número de domicílios ou da condição de ocupação do terreno.
 - (C) o critério principal para a classificação de uma área como favela, instituído a partir de 1991, está relacionado à precariedade das construções, independentemente do número de domicílios, e ao tamanho do aglomerado.
 - (D) desde 1980, o IBGE considera qualquer aglomerado urbano especial com mais de 9 domicílios contíguos como favela.
 - (E) em 1991, o IBGE definiu favela como um setor especial de aglomerado urbano formado por pelo menos 51 domicílios, utilizando também a variável "condição de ocupação do terreno" para a classificação.

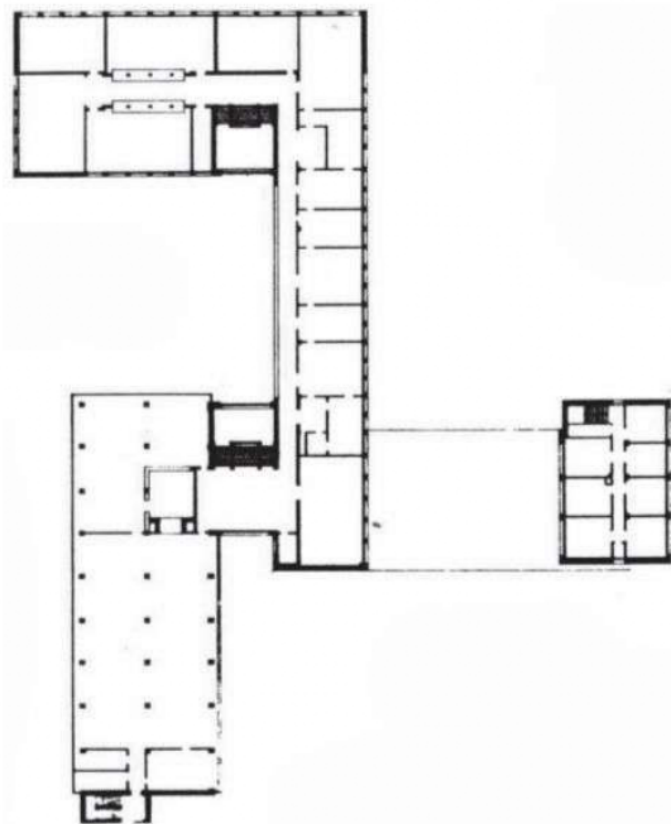


51. O processo de revitalização de centros antigos nas metrópoles, influenciado pelo circuito superior da economia urbana, tem como consequência indireta:
- (A) expulsão da população de baixa renda das áreas centrais da metrópole.
 - (B) centralização do comércio informal e prestadores de serviços nas periferias urbanas.
 - (C) diminuição da importância do crédito como facilitador do consumo de mercado popular.
 - (D) melhoria significativa das condições de vida das populações de baixa renda nas áreas centrais.
 - (E) redução do fluxo de capital financeiro nas intervenções imobiliárias.
52. Copenhague, a capital da Dinamarca, é amplamente reconhecida como um exemplo mundial de cidade sustentável e habitável. Sobre o histórico de desenvolvimento urbano de Copenhague, é correto afirmar:
- (A) Na contramão de outras cidades europeias, nas décadas de 1950, 1960 e 1970, a cidade de Copenhague não enfrentou o fenômeno de caos urbano pois já possuía uma política urbana estrutural baseada em intervenções públicas integradas.
 - (B) A experiência de conversão da Strøget, uma importante rua que estruturava uma rede de vias com um fluxo significativo de veículos, em via de pedestre, durou apenas até a crise do petróleo, mas inspirou outras intervenções na cidade nas décadas que se sucederam.
 - (C) Com a crise do petróleo em 1973, a população da cidade passou a reivindicar a necessidade de uma ação política integrada que reinserisse o automóvel no planejamento urbano, como estratégia de recuperação econômica.
 - (D) Atualmente, a cidade possui abundância em áreas verdes, ótima mobilidade urbana e construções que apresentam elevada qualidade arquitetônica.
 - (E) A cidade de Copenhague alcançou, a partir dos anos 2000, o status de cidade modelo, ao conseguir superar o alto custo de vida local e as restrições migratórias federais.
53. Com base nos princípios de Jan Gehl sobre a dimensão humanística do planejamento urbano, reflete a teoria do arquiteto dinamarquês:
- (A) A abordagem de Jan Gehl para o planejamento urbano considera, principalmente, a escala maior, baseado nos princípios do urbanismo moderno ortodoxo, influenciado por Le Corbusier.
 - (B) Na década de 1960, Jan Gehl iniciou seus estudos sobre cidades e pessoas, influenciado por Jane Jacobs. O arquiteto lançou publicações criticando os paradigmas elitistas do planejamento urbano moderno.
 - (C) A síndrome de Brasília, segundo Jan Gehl, se caracteriza pelo sucesso do planejamento moderno ao nível dos olhos e da rua e pelo fracasso estético quando vista de cima.
 - (D) Jan Gehl defende que o planejamento urbano deve ter como objetivo precípuo a organização dos edifícios e das áreas verdes, pois são nessas dimensões que ocorre a vida cívica e cotidiana.
 - (E) Segundo Gehl, em sucessivas publicações a partir de 2010, basicamente a presença do automóvel é que servem como justificativa para afastar os edifícios entre si, criando objetos soltos na paisagem, com o intuito de liberar o solo e permitir a ventilação e insolação.
54. Fruto de uma aula inaugural proferida na FAU-USP no dia 1º de março de 1967, por Vilanova Artigas, o texto "O desenho" é centrado nas relações que o desenho mantém com a arquitetura, mas tem seus sentidos estendidos pelo caráter ontológico, amplo e fundamental. É uma defesa do racionalismo diante dos conflitos históricos entre arte e técnica. Segundo Artigas,
- (A) a palavra *draw* ou *drawing* se nos afigura como resultado do ato de desenhar no sentido de coisa destacada – o desenho, o esboço, o esquema, o projeto, a planta.
 - (B) a palavra *draft* está mais próxima de desígnio, desejo.
 - (C) a palavra *design* está mais próxima de esboço, croquis, delineação, isto é, tirar, atrair para si, captar, puxar.
 - (D) para desenhar é preciso ter talento, imaginação, ter vocação.
 - (E) o desenho, se de um lado é risco, traçado, mediação para expressão de um plano a realizar, linguagem de uma técnica construtiva, de outro é desígnio, intenção, propósito, projeto humano no sentido de proposta do espírito.
55. Numa verdadeira "chamada à ordem", em "*Rappel à l'ordre*: argumentos em favor da tectônica" (1990), Kenneth Frampton argumenta que construir é, em primeiro lugar, um ato tectônico, e não uma atividade cenográfica. O edifício é ontológico, uma presença ou uma coisa, e se distingue de um signo.
- Em relação à abordagem de Frampton, considere:
- I. A essência da arquitetura está na manifestação poética da estrutura, como sugere a *poiesis* [criação] grega (e heideggeriana): um ato de fazer e revelar, que é a tectônica.
 - II. A necessidade da arquitetura está em sua inutilidade. Esse questionamento da importância da função constitui uma transgressão das regras da arquitetura, como, por exemplo, o princípio da comodidade da *triade vitruviana*.
 - III. A junção é o nexo em torno do qual o edifício começa a existir e se articular como presença. A junção pode ter funções ideológicas ou referenciais no sentido de que as diferenças culturais se manifestam nas transições articuladas e nas junções que compõem uma sintaxe arquitetônica.
 - IV. As formas em si não têm significado, mas podem comunicar um sentido por meio de imagens enriquecidas por associações. A experiência espacial da arquitetura é sintética, opera em vários níveis simultaneamente: mental/físico, cultural/biológico, coletivo/individual.
- Está correto o que se afirma em
- (A) II e III, apenas.
 - (B) I e III, apenas.
 - (C) I, II, III e IV.
 - (D) I, II, e IV, apenas.
 - (E) II e IV, apenas.

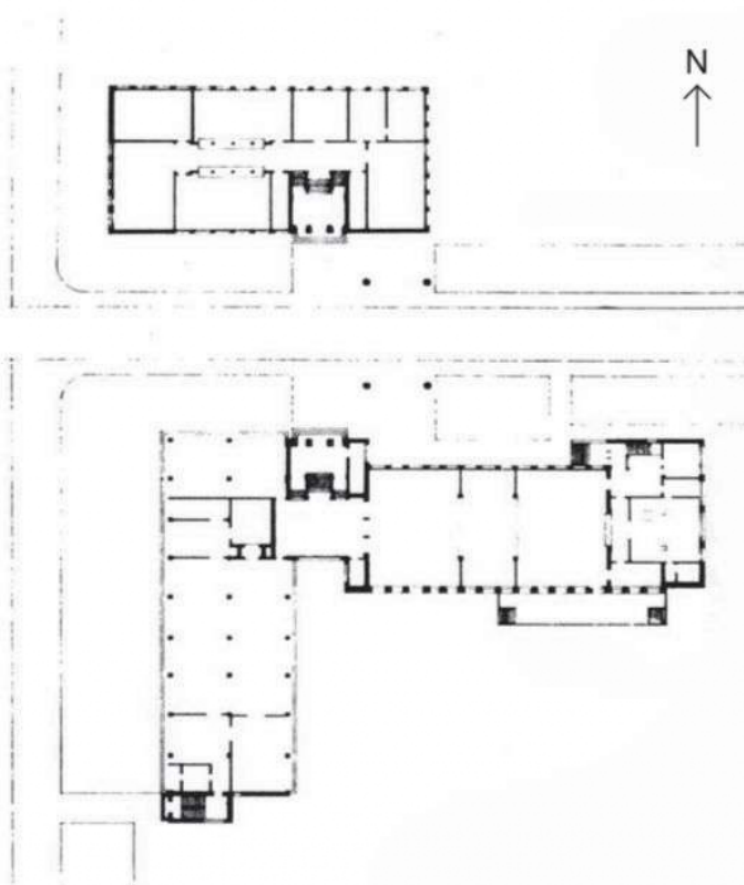


56. Em "Transparência: literal e fenomenal", escrito em 1955-56, em colaboração com Robert Slutzky, Colin Rowe explica que a transparência pode ser uma qualidade inerente à substância – como ocorre em uma tela metálica ou em uma parede de vidro –, ou pode ser uma qualidade inerente à organização. E assim evidencia que é importante a distinção entre transparência *literal* ou *real* e transparência *fenomenal* ou *aparente*.

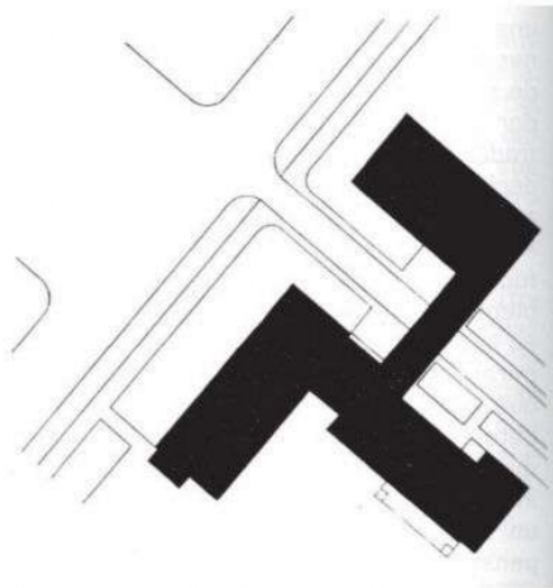
Observe a seguir desenhos e imagens da Bauhaus, Dessau (Walter Gropius, 1925-26) e do Palácio da Liga das Nações, Genebra (Le Corbusier, 1927), utilizados por Rowe em seu texto e considere:



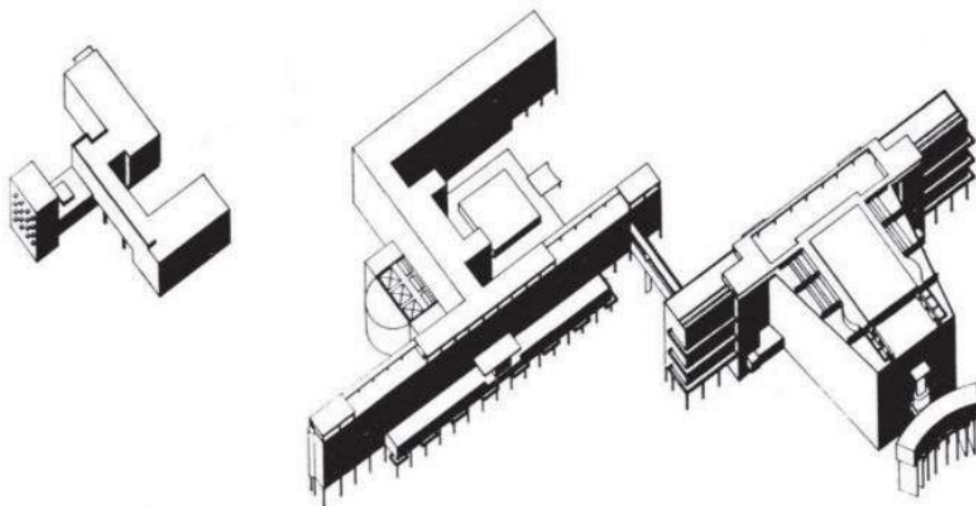
Bauhaus, Dessau – Planta do 1º pavimento



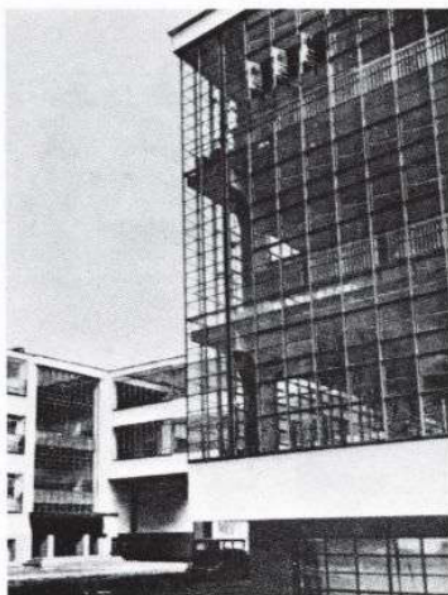
Bauhaus, Dessau – Planta do térreo



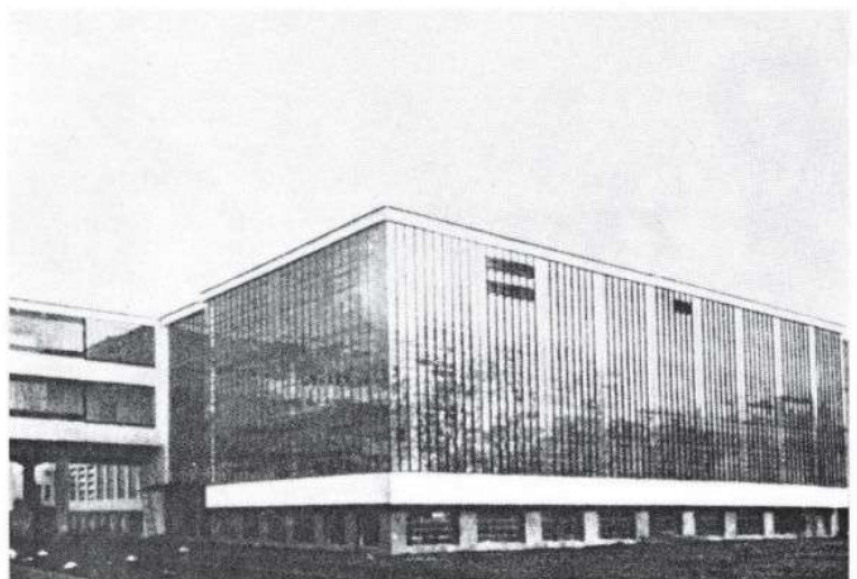
Bauhaus, Dessau – Implantação



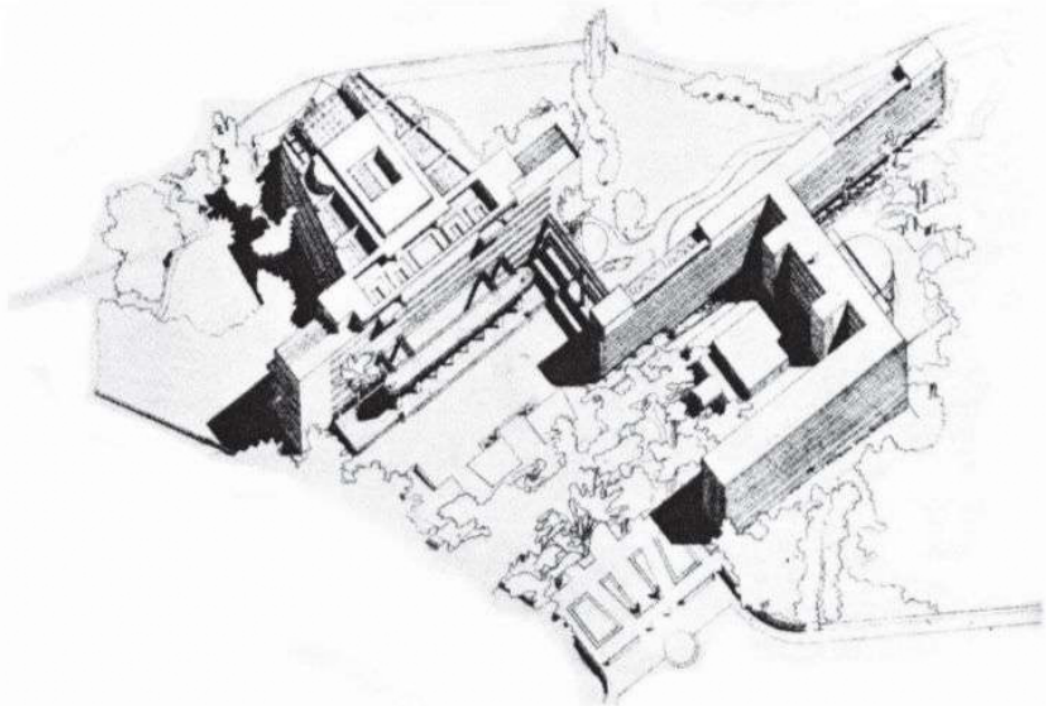
Axonométricas da Bauhaus e do Palácio da Liga das Nações



Bauhaus, Dessau



Bauhaus, Dessau



Projeto do Palácio da Liga das Nações

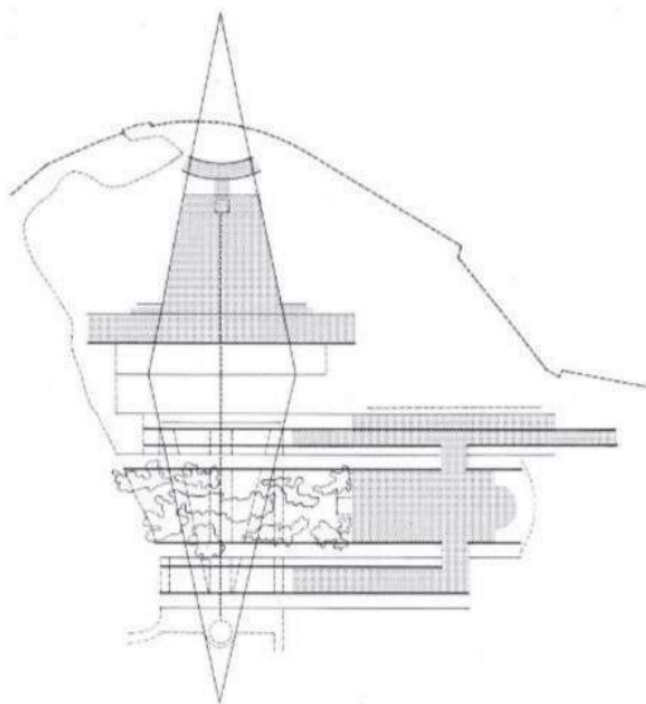


Diagrama analítico do Projeto do Palácio da Liga das Nações

- I. Na Bauhaus, esquinas e ângulos, índices da dimensão espacial, são contundentes e definitivos. No Palácio da Liga das Nações, estão desmaterializados.
- II. Na Bauhaus o vidro fornece uma superfície tão definida e esticada quanto a "pele de um tambor"; no Palácio da Liga das Nações as paredes de vidro fundem-se, misturam-se, envolvem o edifício e, noutro sentido, contribuem para aquele processo de dissolução no campo arquitetônico.
- III. Le Corbusier presta especial atenção às qualidades planas do vidro e Gropius aos seus atributos translúcidos.
- IV. A Bauhaus estrutura-se pela ideia de estabelecer um pedestal sobre o qual dispor uma sucessão de planos horizontais, e importa que esses planos sejam visíveis através de uma cortina de vidro. No Palácio da Liga das Nações, embora se possa ver através de suas janelas, não é nelas que se encontra a transparência do edifício.

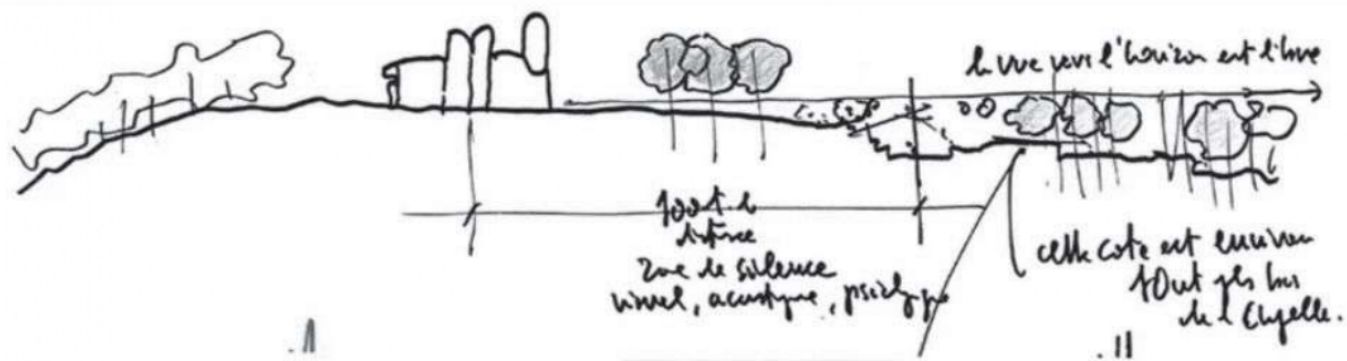
Está correto o que se afirma em

- (A) III e IV, apenas.
- (B) I, II, e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I e III, apenas.

-
- An aerial black and white photograph of the University of Virginia campus. The central feature is the Rotunda, a large, white, circular building with a prominent dome. To its left is the Lawn, a large, open, grassy area. The campus is surrounded by dense, forested hills. A winding road or path is visible in the foreground, leading towards the campus. The overall scene is a mix of architectural structures and natural landscape.



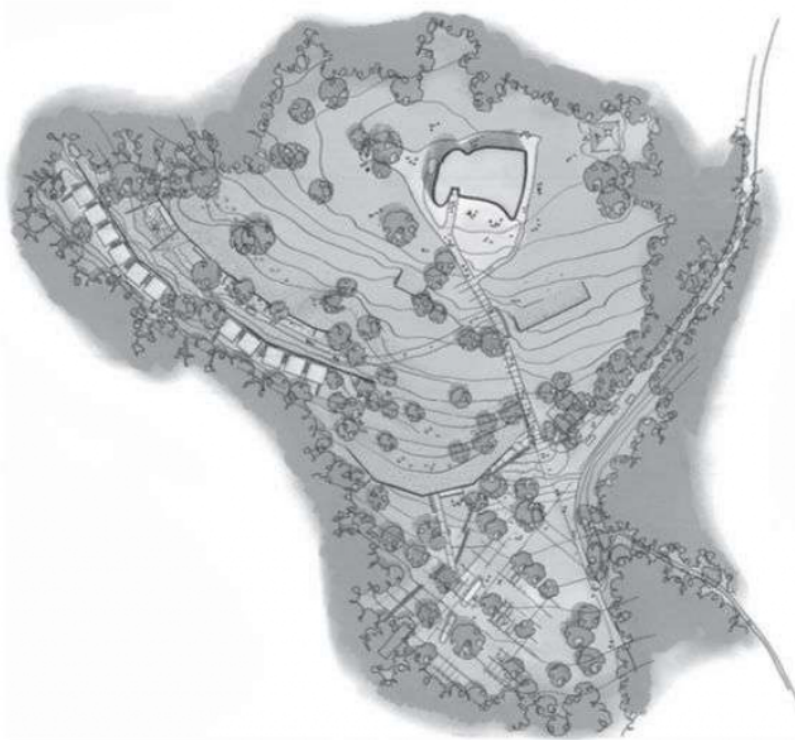
17



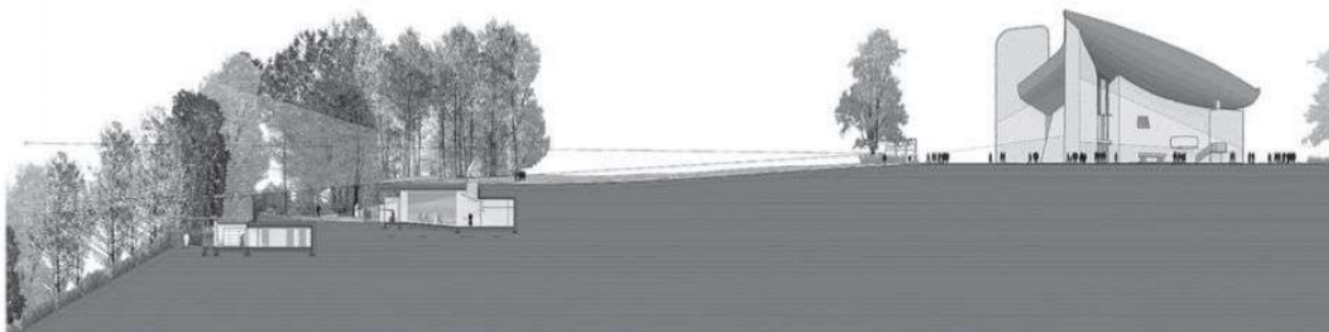
Croqui com o conceito da intervenção em corte



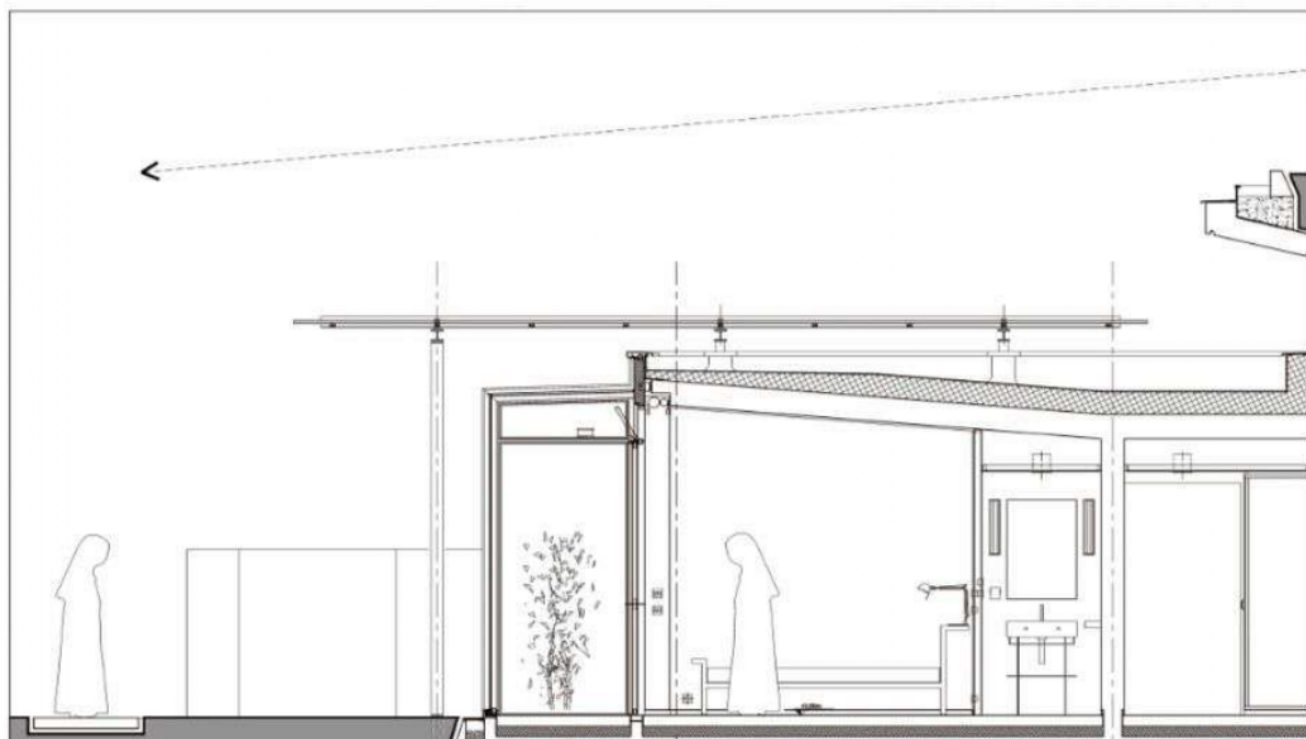
Diagrama de sombras da implantação



Implantação geral da capela e anexos



Corte de conjunto com a capela e Ronchamp e anexos



Corte dos anexos

Em relação aos princípios compositivos e construtivos dessa arquitetura, constata-se que:

- I. O novo acesso ao edifício de Le Corbusier se dá pelo subsolo; o edifício é assim meramente sua cobertura. O contraste entre o que foi visto externamente e o interior que se faz presente é surpreendente.
- II. Como grande parte do projeto é coberta com terra, a paisagem desempenha um papel importante no projeto.
- III. Decidiu-se cortar a encosta da colina para não interferir na presença nem no cenário do edifício de Le Corbusier.
- IV. Principalmente escondidas no subsolo, as pequenas incisões de Piano oferecem um espaço tranquilo, pois se abrem para a paisagem e permitem que a luz do sol inunde os interiores.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II, e IV.
- (B) I e IV.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) II, III e IV.



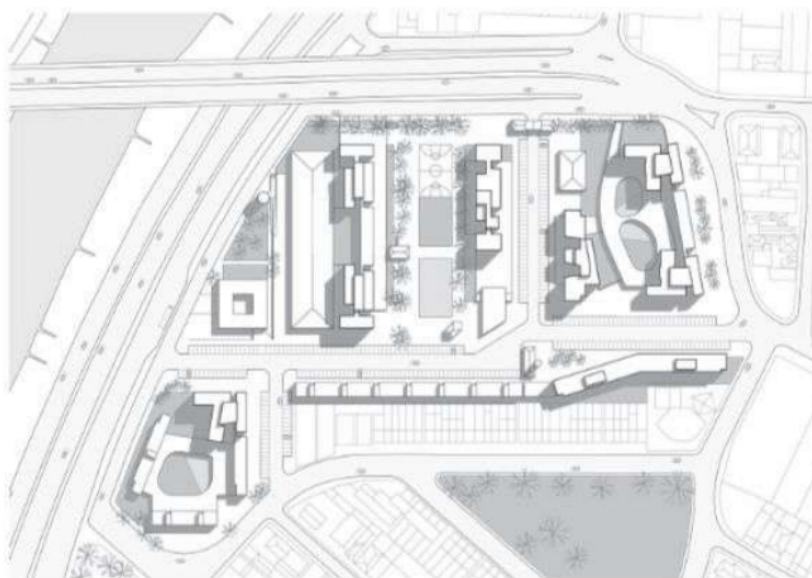
58. Observe a seguir desenhos e imagens do Conjunto Urbano Ponte dos Remédios (2011-2022), em São Paulo, obra do escritório H+F Arquitetos em parceria com o arquiteto Marcos Acayaba.



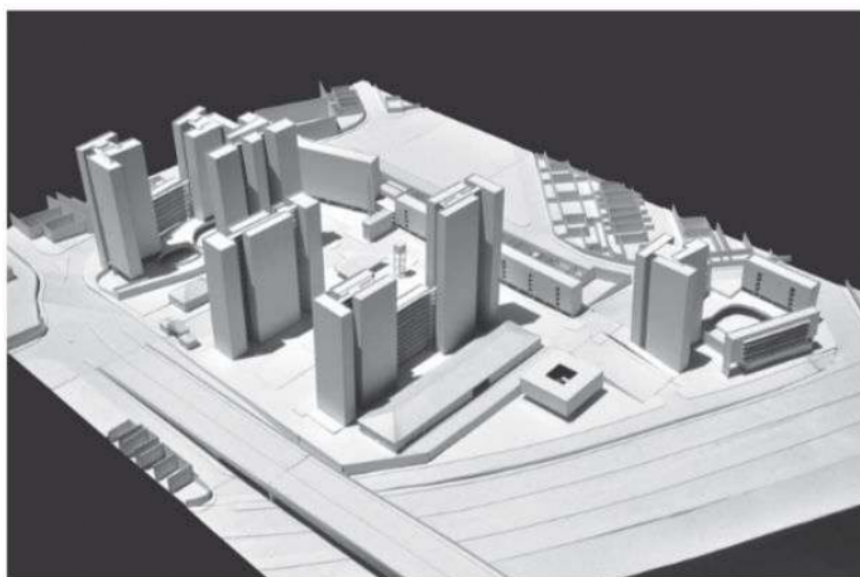
Situação



Situação – edifícios preservados (em destaque)



Implantação



Maquete do conjunto completo



Foto da primeira etapa construída



Foto da segunda etapa construída

Em relação aos princípios compositivos e construtivos dessa arquitetura, constata-se que:

- I. O projeto parte da utilização das instalações já realizadas no terreno, cujo arranjo original dos antigos galpões, ruas e aleias orientou o desenho das novas ocupações, mantendo-se parte dos edifícios existentes para abrigar equipamentos públicos.
- II. Através de um novo sistema viário, pensado para conter linearmente as vagas de automóveis ao longo da rua, distribuem-se quatro quadras de uso misto, prevendo-se edifícios habitacionais de diversas alturas associados aos programas complementares distribuídos no pavimento térreo: áreas comerciais, equipamentos de educação e saúde.
- III. Para garantir a integração do conjunto à sua vizinhança, o projeto articulou a verticalização do programa de moradia a um embasamento constituído por equipamentos públicos orientados tanto para a comunidade moradora como para o público das grandes empresas próximas, inserindo o conjunto na economia e no cotidiano da região.
- IV. O pavimento de cobertura do embasamento de equipamentos, como um térreo elevado do condomínio residencial, interliga todos os edifícios habitacionais em cada quadra, conferindo à convivência dos moradores uma adequada reserva em meio à escala metropolitana da área circundante.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II, e IV.
- (B) III e IV.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) I, III e IV.



59. Max Dvořák escreveu o "Catecismo da Preservação de Monumentos" (1916) num amplo respeito pela produção dos antepassados e pelas várias estratificações de uma mesma obra. Em relação aos princípios que defendia, considere:
- Em casos de ruínas, é preciso antes de tudo levar em consideração que não se pode destruir aquilo que consiste seu atrativo singular: o caráter de uma construção vítima dos senhores dos tempos e seu aspecto pitoresco na paisagem.
 - É importante estabelecer a conservação baseada na "unidade de estilo", marcada pelas práticas voltadas a complementos e refazimentos, e não no respeito ao valor "de antigo" como um modo de embasar a tutela dos monumentos.
 - É preciso analisar a percepção da paisagem como um todo e a importância dos vários elementos para a beleza do conjunto, que devem ser tutelados de forma extensa para a harmonia do ambiente em sua inteireza.
 - Os perigos têm sua origem na ignorância e na negligência; na cobiça e na fraude; nas ideias equivocadas a respeito do progresso e das demandas do presente; na busca descabida de embelezamento e renovação, na falta de educação estética, ou numa educação equivocada.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- II e III.
 - I e II.
 - I, III e IV.
 - III e IV.
 - I e IV.
-
60. "A Lâmpada da memória" – capítulo VI da obra "As Sete Lâmpadas da Arquitetura" (1849) –, de John Ruskin, é importante contribuição para o debate sobre o papel da arquitetura, e sua preservação, para a sociedade moderna. Sobre esse pensamento, que aponta para várias questões ainda extremamente pertinentes para o debate arquitetônico atual,
- a palavra restauração significa a mais total destruição que um edifício pode sofrer: uma destruição da qual não se salva nenhum vestígio; uma destruição acompanhada pela falsa descrição da coisa destruída.
 - se o arquiteto encarregado da restauração de um edifício deve conhecer as formas, os estilos pertencentes a esse edifício e à escola da qual proveio, deve ainda mais, se for possível, conhecer sua estrutura, sua anatomia, seu temperamento, pois antes de tudo é necessário que ele o faça viver.
 - é necessário que o edifício restaurado tenha no futuro, em consequência da operação à qual foi submetido, uma fruição mais longa do que a já decorrida.
 - a palavra e o assunto são modernos. Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento.
 - nas restaurações, há uma condição dominante que se deve ter sempre em mente: é a de substituir toda parte retirada somente por materiais melhores e por meios mais eficazes ou mais perfeitos.
-
61. Ao longo de um projeto, o conteúdo dos arquivos de desenho pode sofrer modificações frequentes. Tais alterações podem gerar inconsistências no conjunto do trabalho, acarretando quantidade significativa de tempo em reorganização do jogo de pranchas do projeto, renumeração de folhas e atualização de seu índice. O recurso do AutoCAD que disponibiliza ferramentas que facilitam o gerenciamento de conjuntos inteiros de arquivos de folhas ou pranchas de projeto denomina-se:
- Manage Page Setups.*
 - Publish Dialog Box.*
 - Sheet Set Manager.*
 - Sheet Set Wizard.*
 - Sheet List Control.*
-
62. Há quatro tipos distintos de modelagem no AutoCAD: aramado (*wireframe*), por superfícies, sólido e por *Mesh Modeling*. Cada modo possui aplicação específica e características próprias. Em relação às características e princípios desses tipos de modelagem,
- o modo aramado (*wireframe*) consiste, basicamente, em desenhar o modelo pelas faces que, por sua vez, irão compor o volume real do sólido pelo método de continuidade entre as faces.
 - a modelagem *Free-Form (Mesh Modeling)* permite criar e modificar um modelo 3D com muito mais liberdade, pois trabalha diretamente na malha. Assim como os modelos sólidos, a malha também tem propriedades de massa.
 - as superfícies *NURBS* permitem tirar vantagem da modelagem associativa.
 - as superfícies procedurais permitem esculpir com vértices de controle.
 - um modelo sólido tem propriedades como massa, volume, centro de gravidade e momentos de inércia.
-
63. No AutoCAD, os *grips* são pequenos elementos em forma de quadrados ou retângulos que aparecem em posições definidas dos objetos selecionados, como quadrantes, centro de um círculo ou início, fim e ponto médio de uma linha. Quando se ativa os *grips* de um objeto, os pequenos quadrados (*pickbox*) possibilitam que se editem rapidamente os objetos selecionados. O comando de edição que é iniciado quando se seleciona um *grip* como ponto base é:
- ROTATE.*
 - MIRROR.*
 - COPY.*
 - MOVE.*
 - STRETCH.*



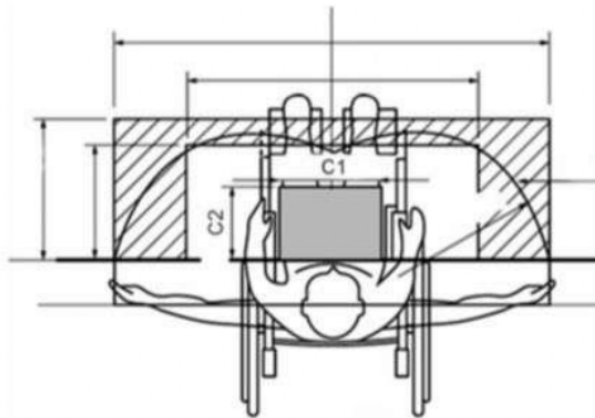
64. Para cinemas, teatros, auditórios e similares, a NBR 9.050/2020 que trata da "Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos" estabelece que, quando houver desnível entre o palco e a plateia, este pode ser vencido através de rampa com as seguintes características:
- (A) ter guia de balizamento, sendo necessária a instalação de guarda-corpo e corrimão.
 - (B) esta rampa pode ser substituída por um equipamento eletromecânico de acesso ao palco situado em local de acesso imediato dentro do campo visual da plateia.
 - (C) largura de, no mínimo, 0,80 m.
 - (D) inclinação máxima de 1:6 (16,66 %) para vencer uma altura máxima de 0,80 m.
 - (E) inclinação máxima de 1:10 (10 %) para vencer alturas superiores a 0,60 m.

65. Segundo a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), os serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual são aqueles realizados em trabalhos relativos a:

- I. fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços.
- II. patrocínio ou defesa de causas judiciais e administrativas.
- III. restauração de obras de arte e de bens de valor histórico.
- IV. controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem na definição deste inciso.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
 - (B) I, II, III e IV.
 - (C) I, II, e IV, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) II e IV, apenas.
66. A superfície de trabalho acessível é um plano horizontal ou inclinado para desenvolvimento de tarefas.



Segundo a NBR 9.050/2020 que trata da "Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos", a área de alcance máximo para atividades por tempo prolongado, representada pelas dimensões "C1" x "C2" na figura acima é:

- (A) 0,70 m x 0,50 m
 - (B) 0,60 m x 0,35 m
 - (C) 1,00 m x 0,40 m
 - (D) 0,35 m x 0,25 m
 - (E) 1,50 m x 0,50 m
67. Em um sistema predial de água fria e água quente, o componente destinado ao uso da água ou ao recebimento de dejetos líquidos e sólidos (na maioria das vezes pertencente ao sistema predial de esgoto sanitário) denomina-se:
- (A) Ramal de esgoto primário.
 - (B) Aparelho sanitário.
 - (C) Dreno.
 - (D) Caixa de esgotamento.
 - (E) Ramal de esgoto secundário.



68. Quanto às noções básicas de sistemas prediais elétricos, a potência a ser atribuída a cada ponto de tomada é função dos equipamentos que ele poderá vir a alimentar e não deve ser inferior a 600 VA por ponto de tomada, até três pontos, e 100 VA por ponto para os excedentes, nos seguintes ambientes:

- I. sala.
- II. dormitório.
- III. cozinha.
- IV. área de serviço.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

69. Quanto à correta especificação de materiais e sistemas de tubulações plásticas para instalações prediais de água quente e fria e a aferição deles nas obras e serviços, a diferença entre o diâmetro externo máximo e o mínimo, medidos em uma mesma seção transversal de um tubo ou na extremidade macho de uma conexão, ou a diferença entre o máximo e o mínimo diâmetros internos em uma mesma seção transversal de uma bolsa de conexão, denomina-se:

- (A) Diâmetro aceitável de contato.
- (B) Perímetro aceitável de contato.
- (C) Diferença de aceite.
- (D) Tolerância.
- (E) Ovalização.

70. Quanto aos reservatórios de água fria potável, tubulações de limpeza, extravasão e de aviso, considere:

- I. Os reservatórios de água fria ou quente devem ser dotados de tubulação de limpeza para permitir o seu esvaziamento. Na tubulação de limpeza, deve haver um registro de fechamento em posição de fácil acesso e operação, situado próximo à saída do reservatório.
- II. Para facilitar a impermeabilização e a operação de limpeza, o reservatório moldado no local deve ter cantos internos arredondados ou chanfrados e fundo com superfície dotada de ligeira declividade no sentido do bocal ou flange da tubulação de limpeza.
- III. As extremidades a montante das tubulações de extravasão e de aviso de extravasão, quando adotada, devem ser providas de meios que limitem o ingresso de vetores de doenças de veiculação hídrica ao interior do reservatório, como válvulas de retenção e niples de material resistente às condições de exposição. Neste caso, a área de passagem das frestas de aberturas deve ultrapassar a área da seção externa da respectiva tubulação.
- IV. A água das tubulações de extravasão, de limpeza e de aviso de extravasão, quando adotada, deve ser descarregada em condições que impeçam refluxo e conexão cruzada e em local onde não haja possibilidade de gases e ar potencialmente contaminados ingressarem no reservatório por meio destas tubulações. É vedada a sua interligação direta com tubulações dos sistemas prediais de esgoto sanitário e de águas pluviais.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, II e IV apenas.
- (D) I e II apenas.
- (E) I, II, III e IV.

71. Em um sistema predial elétrico, o meio destinado a suprir a proteção contra choques elétricos quando massas ou partes condutivas acessíveis tornam-se acidentalmente vivas, denomina-se proteção

- (A) supletiva.
- (B) caixa de esgotamento.
- (C) diferencial-residual.
- (D) básica.
- (E) adicional.



72. Quanto a correta especificação de materiais, o bloco vazado de concreto simples é um componente para execução de alvenaria, com ou sem função estrutural, vazado nas faces superior e inferior, cuja área líquida é igual ou inferior a
- (A) 82,5% da área bruta.
 - (B) 75% da área bruta.
 - (C) 85% da área bruta.
 - (D) 77,5% da área bruta.
 - (E) 80% da área bruta.
-
73. Quanto ao procedimento de revestimento de piso interno ou externo com placas cerâmicas e com utilização de argamassa colante, ao executar o assentamento, devem-se manter espaçamentos ou juntas entre elas, para preencher as seguintes funções:
- I. Compensar a variação de bitola das placas cerâmicas, facilitando o alinhamento.
 - II. Oferecer relativo poder de acomodação às movimentações da base e das placas cerâmicas.
 - III. Facilitar o perfeito preenchimento, garantindo a completa vedação da junta.
 - IV. Facilitar a troca de placas cerâmicas.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) II e III, apenas.
 - (C) III e IV, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I, II, III e IV.
-
74. Antes de um elevador ser colocado em serviço, diversos ensaios específicos devem ser realizados. São alguns deles:
- I. Sistema de freada.
 - II. Verificação da tração.
 - III. Para-choque.
 - IV. Dispositivo apoiador (*pawl device*).
- Está correto o que se afirma em
- (A) III, apenas.
 - (B) I, III e IV, apenas.
 - (C) I, II, III e IV.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I, II e IV, apenas.
-
75. A fim de restringir a abertura da porta da cabina por pessoas no interior dela, o elevador deve ser provido de meios para isto. Quando o carro estiver em movimento, para abrir a porta da cabina, será necessária uma força (em N) superior a
- (A) 25
 - (B) 1
 - (C) 5
 - (D) 50
 - (E) 10
-
76. Na iluminação de ambientes de trabalho, a distribuição da luminância no campo de visão controla o nível de adaptação dos olhos, o qual afeta a visibilidade da tarefa. Uma adaptação bem balanceada da luminância é necessária para ampliar:
- I. a acuidade visual (nitidez da visão).
 - II. a capacidade oftálmica do operador (acuidade visual, dilatação de pupila, percepção cromática nas frequências baixas e altas).
 - III. a sensibilidade ao contraste (discriminação das diferenças relativamente pequenas de luminância).
 - IV. a eficiência das funções oculares (como acomodação, convergência, contrações pupilares, movimento dos olhos etc.).
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, III e IV, apenas.
 - (B) II e IV, apenas.
 - (C) I, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I, II, III e IV.



77. Quanto às noções básicas de gerenciamento de obras e orçamentos, há várias formas de se elaborarem estimativas de custo em projetos. Aquela em que se emprega a relação estatística entre os dados históricos e outras variáveis (por exemplo: metros quadrados em construção, linhas de código no desenvolvimento de *software*) para se calcular a estimativa, denomina-se:
- (A) Mediana.
 - (B) *Bottom-up*, ou de baixo para cima.
 - (C) Paramétrica.
 - (D) *Top-down*, ou de cima para baixo.
 - (E) Relacional.

78. Uma base da qualidade em projetos ecológicos e sustentáveis é a modelagem energética. Os modelos energéticos ajudam os proprietários e arquitetos a tomarem decisões relacionadas à energia. Modelos energéticos de edificações são utilizados para diferentes fins, incluindo:

- I. Melhorias nas avaliações e atendimento aos códigos de energia.
- II. Cumprimento ou classificação de padrões voluntários.
- III. Documentação para incentivos fiscais e cumprimento de programas de incentivo de empresas concessionárias ou públicas.
- IV. Aprimoramento e a otimização de sequências de controle para sistemas de climatização, automação e iluminação, estabelecendo certificação automática e garantida nos padrões mais elevados, ouro e platina.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

79. Quanto à organização do canteiro de obras, considere:

- I. Vestiário.
- II. Ambulatório.
- III. Área de treinamento.
- IV. Almoxarifado.

São componentes da área operacional o que consta em

- (A) I e IV, apenas.
- (B) IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

80. Quanto às noções básicas e gerais de licitações, editais e contratos, o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) tem como objetivos: ampliar a eficiência das licitações; tratar os licitantes com as mesmas regras e aumentar a competitividade entre eles; promover a troca de experiências e tecnologias visando o melhor custo-benefício para o setor público e selecionar a proposta mais vantajosa para a administração pública. O RDC trabalha com a contratação integrada, na qual a contratada é responsável pela elaboração do projeto, execução e entrega da obra. Estabelece ainda a remuneração variável, de acordo com:

- I. Cumprimento de metas.
- II. Critérios de qualidade.
- III. Sustentabilidade ambiental.
- IV Prazo de entrega.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.